



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9851 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

A CONDIÇÃO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS/TITULARES DO PROGRAMA  
BOLSA FAMÍLIA E OS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL

Ana Claudia Marochi - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ

Soraya Conde - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

### **A CONDIÇÃO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS/TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL**

#### **RESUMO**

O trabalho resulta de pesquisa de doutorado sobre a questão das mulheres beneficiárias/titulares do Programa Bolsa Família (PBF) e os limites absolutos do capital, pretendendo discutir, a partir de aportes teóricos e empíricos, a condição da mulher como força de trabalho na sociedade capitalista. Enquanto o capital necessita da força de trabalho feminina como mercadoria barata e facilmente dispensável em momentos de crise, necessita também delas como responsáveis pela produção e reprodução da família. No caso do PBF, a responsabilização das mulheres pela gestão dos valores repassados e pelo cumprimento das obrigações exigidas pelo repasse do dinheiro, acaba por determinar a elas atividades não produtivas, como cuidados e tarefas domésticas, liberando os homens para o espaço produtivo, improdutivo e para a vida social distante das obrigações reprodutivas femininas condicionadas pelo recebimento do PBF.

#### **Os limites absolutos do capital: a liberação das mulheres e a questão da igualdade substantiva**

As mulheres são as principais responsáveis pela reprodução da força de trabalho, dedicando uma boa parte das horas do dia para a realização de afazeres domésticos e cuidados. Este tipo de trabalho não pago é que garante aos trabalhadores estarem em condições de vender sua mercadoria, a força de trabalho. Com o advento da maquinaria e a inclusão das mulheres como força de trabalho barata e dispensável, foi resolvido, a princípio, um dos problemas do capitalismo, a inclusão dos membros da família na lógica capital. Como nos lembra Marx (2017), a partir deste fator, não só o homem, mas a mulher e os filhos puderam ser explorados pelo capitalista. Uma vez liberadas para as fábricas, as mulheres deixaram seus lares e as tarefas domésticas e educação e cuidado com as gerações mais nova, gerando para o capital um novo limite na esfera da reprodução. Como na maquinaria, o trabalho feminino hoje é utilizado em formas de subempregos, precarizados e terceirizados, demandando uma relação de exploração-opressão da mulher pelo sistema capitalista, sendo a

primeira forma de exploração-opressão da mulher ocorreu exatamente no seio da família (SAFFIOTI, 2013).

Para Mészáros (2011), a liberação da mulher abala as estruturas do sistema capitalista, pois o domínio do capital sempre se afirma como incuravelmente hierárquico de dominação e subordinação e que “Todo sistema de reprodução sócio metabólico tem seus limites intrínsecos ou absolutos” (Mészáros, 2011, p.216) e que a superação desta crise estrutural, minimamente possíveis, se dá por meio das determinações históricas desta crise, vinculadas ao processo denominado de “ativação dos limites absolutos do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.220) ou seja, às estratégias de que lança mão o capital para a superação de suas crises estruturais. Uma destas estratégias é o investimento na família nuclear, especialmente no formato que temos hoje, monogâmica, heteropatriarcal, com a divisão sexual de papéis muito bem delimitados. A emancipação da mulher está diretamente ligada a questão da família que é a célula da sociedade capitalista, a base microcós mica da macroestrutura de comando do capital e se constitui uma estratégia importante na disseminação da orientação de indivíduos particulares à estrutura incontestável de um determinado conjunto de valores do capital, conduzindo a inculcação do pensamento subserviente “*conheço-meu-lugar-na-sociedade*”, para a “[...] manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação – e a internalização – do sistema de valores profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p.271, destaques no original).

O capital, dentro dos seus limites absolutos, tem revelado uma incapacidade frente à reivindicação de igualdade substantiva que está na base da luta pela emancipação feminina e “[...] não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela *igualdade verdadeira*”, tendendo “[...] a permanecer *não integrável* e no fundo irresistível” (MÉSZÁROS, 2011, p. 271-272, grifos do autor). Na acepção do autor a entrada das mulheres como força de trabalho trouxe ganho significativo para o capital e foi e ainda é usado como uma das estratégias de resolução da crise estrutural do capital. A submissão é vista como virtude no seio familiar (MÉSZÁROS, 2011). Assim, uma mulher subversiva que educa seus filhos para uma crítica em relação aos papéis sociais estabelecidos para homens, mulheres, crianças e jovens acaba educando para a crítica mais ampla do sistema.

### **A condição das mulheres beneficiárias/titulares do Programa Bolsa Família: trabalho, escolarização e vida**

Na condição de subordinação ao modelo da família monogâmica tradicional e sob o domínio do patriarcado, há uma forma de subordinação muito presente nas relações vividas pelas mulheres pobres no Brasil: a dependência financeira e afetiva. Esta subordinação produz efeitos sobre as relações sexuais e sociais capitalistas, especialmente nas demandas produzidas dentro dos lares para a reprodução dos familiares e, por consequência, nos espaços de trabalho assalariado. Abramo e Valenzuela (2016), apontaram que latinoamericanas empregadas despendem 37,8 horas semanais no trabalho remunerado, enquanto os homens latinos, 45,5 horas e que a diferença entre as horas dedicadas em trabalho remunerado de mulheres e homens é de 7,5 horas a mais para eles, demonstrando que esta diferença se dá, “principalmente às restrições de tempo impostas pelas responsabilidades familiares por elas assumidas” (ABRAMO; VENENZUELA, 2016, p. 118).

Ao serem inseridas no PBF como gestoras do dinheiro, as beneficiárias passam por uma mudança na forma de vida, principalmente, nas escolhas cotidianas e na tomada de decisões como a escolha das compras até questões morais na organização das prioridades familiares em virtude dos condicionantes impostos pelo recebimento da bolsa. Em relato as

entrevistas dizem que o dinheiro é usado, quase que exclusivamente para pagar luz e água ou compra de produtos alimentícios para os filhos e, muito raramente, utilizam para si mesmas. Rêgo e Pinzani (2014), apontam que a inserção da população pobreza ou extrema pobreza PBF, tem contribuído para que as mulheres saiam de um ciclo vicioso de violência e machismo. No entanto, como o patriarcado é tão estruturante como o capital, a condição de subordinação destas mulheres acaba mudando de polo, sai do controle do companheiro para o controle do Estado.

Diante do pesquisado até o momento, percebemos que as ações planejadas para o PBF têm sua efetividade, principalmente em relação à melhoria imediata da vida das famílias e, em especial, das mulheres. No entanto, os valores atuam de forma paliativa contra a pobreza extrema, mantendo a estrutura original da desigualdade social (propriedade privada, exploração do trabalho, relação Estado-Capital-trabalho), mantendo a produção constante da miséria, do desemprego, do subemprego a que estão submetidas, percebido, na cidade pesquisa pela condição das mulheres em condição de pobreza e extrema pobreza: 1,73% contra 1,53% para os homens em condição de extrema pobreza e 7,05% contra 6,37% em condição de pobreza, na cidade pesquisada (ATLASBR, 2021).

As entrevistas exploratórias da pesquisa mostram que o PBF é composto, majoritariamente, por mulheres negras e pardas (83% das entrevistadas). Como nos lembra Cisne (2014, p. 270) “[...] a classe não é uma massa homogênea, mas tem “raça”/etnia e sexo”. Tereza<sup>[1]</sup>, uma de nossas entrevistadas, tem 38 anos, é mãe de cinco filhos e vive com os quatro menores. Está um relacionamento há cinco anos e, no momento da entrevista, relatou que o companheiro estava preso. Em seu depoimento atribuí a prisão do marido por um roubo realizado para suprir as necessidades da família: “Sou casada, mas agora meu esposo tá cumprindo um (pausa) mandado judicial né? Já faz 5 anos já que ele está preso, agora ele tem mais 3 anos. Então é porque é assim ó mas a necessidade familiar sabe” (TEREZA, **Entrevista I**. nov. 2020).

O relato inicial de Tereza já coloca um ponto importante nas escolhas feitas pelas mulheres: a família é um dos elementos constituidores da formação humana. “As experiências que temos das relações familiares são singulares, íntimas e fundamentais para percepção de quem somos” (BIROLI, 2014, p.7). Para a nossa entrevistada, a família foi o ponto decisivo na vida e para sua trajetória articulando passado, presente e futuro. São elas as principais responsáveis pela manutenção da família, bem como pela realização dos trabalhos domésticos, ou seja, enquanto aos homens cabe a realização do trabalho produtivo, a elas cabe o reprodutivo, histórica e socialmente desvalorizado. Para nossa entrevistada essa condição se apresentou desde muito cedo. Já aos 7 anos era a responsável pelos cuidados dos irmãos: “É. No caso eu com 7 anos de idade eu já era dona do lar né? Tinha que cuidar dos meus dois irmãos, lava roupa, limpar a casa, fazer comida, arrasta o meu pai bêbado do bar. Entendeu? Com medo que alguém machucasse ele” (TEREZA, **Entrevista I**. nov. 2020).

A condição de Tereza demonstra a realidade de muitas das mulheres pobres e que estão inseridas no PBF. O cuidado com os familiares, os afazeres domésticos, a gravidez precoce, as levam a fazer escolhas, deixando para trás a escola e o trabalho. Por não terem formação e por terem que se dedicar aos filhos, são obrigadas a aceitarem empregos precarizados, sem o mínimo de garantias e em tempo parcial. A condição de pobreza e a rejeição familiar colocou a nossa entrevistada em situações de violência. A aceitação da violência era a única alternativa de sobrevivência. Segundo a estudiosa Saffioti (2015), somado ao patriarcado e ao capitalismo, o sexo acentua as relações de poder e de violência. A realidade só vem reforçar estes estudos. Tereza ao relatar a violência sexual sofrida enquanto trabalhava como prostituta por necessidade de sobrevivência destacando a realidade das mulheres que precisam usar o sexo como forma de sobrevivência: “Eu fui violentada por 10

homens e sai de lá sem dinheiro” (TEREZA, **Entrevista I.** nov. 2020). Em outra passagem de sua vida, conta do tempo de convivência com um companheiro violento e dominador e da coragem de fugir para proteger os filhos, em especial a filha adolescente do homem abusador, mas que culminou em outro relacionamento abusivo: “Daí conheci o pai do Isaque, também um outro desgraçado que não valia nada que foi o homem que acabou literalmente com todos os meus sonhos né? De um dia ser feliz em um relacionamento, mas né?” (TEREZA, **Entrevista I.** nov. 2020).

Para a grande maioria das mulheres que recebem o BF e tem seus nomes nos cartões deste programa, ele representa certa autonomia familiar e uma possibilidade de fugir de situações como as relatadas por Tereza. Ainda que o recurso seja insuficiente para todas as necessidades, com ele as beneficiárias dizem poder fazer escolhas de compras e garantir minimamente, as condições para não morrerem de fome, como relata a nossa entrevista: “Olha, o bolsa família ele ajuda bastante, ele ajuda, como eu te falei né? Através daí que eu pagava a minha água e o meu gás todo mês né? Que eu já, já é um dinheirinho reservado” (TEREZA, **Entrevista I.** nov. 2020).

Estes dados e relatos, nos conduzem ao ponto inicial deste trabalho: os limites absolutos do capital. A grande dificuldade em conciliar a vida e a morte, a produção e reprodução neste modo de produção é uma das principais contradições do capitalismo, refletindo diretamente nas vidas das mulheres pobres da classe trabalhadora e das que não conseguem mais vender a sua força de trabalho e são colocadas como, preferencialmente, gestoras dos programas sociais como o BF.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero presentes no cotidiano feminino, trabalho e vida familiar, estão fortemente enraizados na organização social baseada no patriarcado e no capitalismo. A presença das mulheres no mundo do trabalho não garantiu sua emancipação ou a diminuição das tarefas destinadas, historicamente, a elas, pagando um preço alto para exercer trabalho remunerado, colocando-as em posição de inferioridade em relação aos homens. Relações estas estabelecidas em todos os espaços sociais colocando a figura masculina como determinante nos percursos de vida das mulheres cuja espinha dorsal é justamente o processo de dominação-exploração estabelecidos nas relações sociais de sexo e que são ancoradas na organização social patriarcal e capitalista.

Diante destes e de outros entraves, Mézáros (2011) nos conduz a reflexões profundas sobre os limites absolutos do capital, tendo a emancipação das mulheres e sua real liberação um dos limites intransponíveis da lógica desigual, autoritária e exploradora capitalista. A igualdade substantiva não pode ser de fato conquistada nos marcos do capitalismo, uma vez que a desigualdade social e a propriedade privada burguesa dos meios de produção são os elementos fundantes, estruturantes e inelimináveis do sistema. Para o autor, para que as mulheres realmente alcancem a igualdade substancial é preciso uma outra sociedade com outros parâmetros familiares, educativos e de gênero que atinjam tanto a vida privada como a vida social, política e econômica. Com as reflexões de Mézáros e com os dados empíricos do PBF, concluímos que as questões que envolvem gênero, família e patriarcado não são acessórias e nem menos importantes na luta contra o sistema capitalista. Pelo contrário, são centrais e compõem um dos limites absolutos e substancialmente intransponíveis da sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. de P. et. Al. (orgs). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ATLASBR. Ponta Grossa/PR. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411990>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MESZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- RÊGO, W. L; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2.ed. São Paulo: Unesp, 2014.
- SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

---

[1] Chamaremos de Tereza, nome fictício utilizado para preservação da identidade da entrevistada, bem como das informações narradas por ela.